

# O dólar, a inflação, o presente e o futuro

CÉSAR MAIA

Cavalcante

**H**á um lugar-comum nas declarações de autoridades, empresários e economistas nesta conjuntura de crise: o mercado precisa de uns seis meses para se ajustar. Este argumento nos leva a pensar que, na falta de saber o que fazer, procura-se simplesmente ganhar tempo.

Este é um jogo perigoso. Se os especialistas não estão seguros de nada, imagine a tradução deste debate por parte da média da população, sejam empresários, trabalhadores, donas de casa, aposentados etc.

É fundamental que o Governo fale as verdades e comunique suas certezas. De nada adianta apontar para daqui a um ano. O fim da estrada é inseparável da estrada. Tanto se pode citar Keynes — “no longo prazo todos estaremos mortos” — ou o suicida arrependido passando pelo sétimo andar, depois de se jogar do décimo: “até aqui, tudo bem!”.

É bom todos saberem que ter alguma inflação não é um mal. É o próprio objetivo do Governo com a desvalorização do real. O Governo deve dizer a todos, em horário nobre, que a economia brasileira precisa tornar mais caras todas as operações que utilizam o dólar, e tornar mais lucrativas todas as operações que produzem dólares. Dizer que isso irá criar empregos no Brasil e desemprego no exterior; que até agora estávamos fazendo o contrário; que as empresas estrangeiras que estavam mandando para o exterior seus lucros, agora usarão mais reais e terão maior vontade de reinvesti-los aqui; dizer que havia a certeza, um mês atrás, de que o Brasil estaria sem condições de pagar a sua dívida externa por falta de dólares e que, agora, todos sabem que não faltarão dólares para pagar esta dívida; lembrar que, curiosamente, a situação das empresas ou a situação microeconômica ia razoavelmente bem com o valor anterior do real, mas que a situação do país ou a situação macroeconômica ia mal pela falta crescente de dólares.

Agora, a situação do país está normalizada, e precisamos reduzir o período de acomodação para que as empresas e as pessoas paguem uma conta, a menor possível, já que esta troca — da certeza macro para a incerteza micro — tem seus custos.

O Governo, ao dizer que é natural alguns preços aumentarem, precisa esclarecer que quanto maior a desvalorização do real, maior a probabilidade de a inflação ser mais alta. Ou seja: se a desvalorização fosse de 10%, a inflação nem chegaria a 1%. Mas se a desvalorização fosse de 20%, a inflação seria de 4%. E, se fosse de 50%, a inflação seria de 25%. E ainda, se fosse de 100%, a inflação poderia ser de quase 100%. Isto porque quanto maior a expectativa de in-



flação, mais esta inflação é usada para corrigir muitos preços e contratos, e não apenas aqueles em que os custos aumentaram. Sem esquecer de ressaltar que, se isto acontecer, vamos ter muitos perdedores, principalmente os que ganham muito pouco e que ficaram tão satisfeitos com o Plano Real, pois passaram a comprar mais, a fazer seu crédito.

Mas é necessário o Governo dizer que algumas coisas precisam ser feitas imediatamente, além de ver o real flutuar “cantando coisas de amor”.

Uma delas é antecipar o aumento de receitas e a redução de despesas por conta do ajuste fiscal. Aprovado pelo Congresso, ele gera progressivamente uma melhoria da situação. Agora, isto já não serve. É necessário antecipar todos os benefícios do ajuste.

Exemplo: se o ajuste previa que num primeiro mês haveria uma melhoria de dois bilhões de reais, no segundo de 2,5, no terceiro de três até se chegar a um nível de quatro bilhões por mês, é necessário que, imediatamente, se consiga antecipar este fluxo. Como são recursos garantidos e conhecidos, é fácil para o Governo fazer isto.

A execução orçamentária não poderá mais ser feita em liberações mensais proporcionais. Tem de haver um contingenciamento nos primeiros meses e um ajuste posterior.

É necessário, também, que o Governo trabalhe bem os juros. É verdade que eles crescem logo no início, mas não há nenhuma razão para que as pessoas e as empresas não conheçam uma regra para eles, como conheciam antes para o dólar, que crescia lentamente chegando a uns 8% ao ano.

Agora, esta regra deve existir para os juros. É uma necessidade. Todos devem saber que os juros não irão disparar para qualquer nível, que há uma coordenação do Governo.

Finalmente, para não irmos muito longe, é necessário — urgentemente necessário, mais necessário que os fóruns de desenvolvimento — que o Governo estabeleça uma política compensatória ao desemprego. Todos os recursos da área social devem ter sua aplicação centralizada.

Por exemplo: os recursos do FAT não devem, nesses meses, priorizar a reciclagem de mão-de-obra, mas o emprego; os recursos do Comunidade Solidá-

ria devem gerar empregos sociais, como assistência social etc.; os incentivos à cultura devem gerar empregos culturais; as liberações da Caixa devem ser direcionadas para os programas empregadores; as prioridades do BNDES devem aumentar a relação trabalho/capital.

Muitos podem achar que decisões assim contrariam as sofisticadas teorias do desenvolvimento num cenário pós-industrial. Há algo mais grave e anterior, que é a própria autoridade do Governo para conduzir este processo. Sem ela, nada vai dar certo. E esta autoridade passa, certamente, por um quadro de tranquilidade social.

Se for assim, creio que todos saberão que o Brasil passa por dificuldades, mas que estas dificuldades estão sob controle, que o barco tem timoneiro e que, em breve, estaremos passando a tempestade.

A ladainha pseudoliberal de que o mercado vai ajustar tudo a tempo e a hora pode nos levar a um naufrágio de grandes proporções. O mercado é parte da história, não é a história toda.

CÉSAR MAIA é ex-prefeito do Rio de Janeiro.